

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.495 - PR (2019/0288668-7)

SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE
CAMPINA DA LAGOA - PR
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE CAMPO MOURÃO -
SJ/PR
INTERES. : JUSTIÇA PÚBLICA
INTERES. : ADEMAR DE SOUSA MARTINS
INTERES. : FAISCAL BARAKAT
INTERES. : FRANCISCO ALAOR CARDOSO
INTERES. : IRACY APARECIDA LEBRAO
INTERES. : JOAQUIM ANTONIO DE LIMA
INTERES. : JARISLENE DELALLO LEITE MACHADO
INTERES. : WILSON DE PADUA SANT ANA
INTERES. : MARIA CELIA RODRIGUES

DESPACHO

1. Com fundamento no art. 955 do CPC/15, designo o Juízo da Vara da Fazenda Pública de Campina da Lagoa/PR para “resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes”, haja vista a ausência do interesse da União em intervir na demanda e o entendimento sufragado pela C. Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça à luz do qual “a competência da Justiça Federal, prevista no art. 109, I, da Constituição Federal, é fixada, em regra, em razão da pessoa (competência *ratione personae*), levando-se em conta não a natureza da lide, mas, sim, a identidade das partes na relação processual” (STJ, CC 105.196/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 22/02/2010).

1.1. Oficie-se ao Vara da Fazenda Pública de Campina da Lagoa/PR, informando-o do teor da presente decisão.

2. Dispensada a prestação de informações pelas autoridades judiciárias em conflito, em vista da suficiência dos motivos expostos nas decisões declinatórias de competência, determino a abertura de vista dos autos ao Ministério Público Federal (CPC/15, art. 956; RI/STJ, art. 198).

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator